

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Mariana Gomes

**ASSÉDIO SEXUAL NO MEIO UNIVERSITÁRIO: FORMAS DE RESISTÊNCIA E
MOBILIZAÇÃO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof.^a Dra. Célia da Graça Arribas.

Juiz de Fora
2018

**DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, **Mariana Gomes**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201772115A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **ASSÉDIO SEXUAL NO MEIO UNIVERSITÁRIO: FORMAS DE RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO**, desenvolvido durante o período de 10/08/2018 a 23/11/2018 sob a orientação de Célia da Graça Arribas, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Mariana Gomes

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

ASSÉDIO SEXUAL NO MEIO UNIVERSITÁRIO: FORMAS DE RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO

Mariana Gomes¹

RESUMO

A pesquisa que se segue apresenta a análise bibliográfica a respeito do assédio sexual e suas diversas interpretações, realizando um recorte dentro do meio universitário, buscando uma análise sociológica a respeito das vertentes de assédio existentes na academia, contudo caracterizadas, em sua maioria, pela violência de gênero enfrentada pelas mulheres. A análise central se faz nos casos públicos de assédio de professores contra alunas, considerando a importância da exposição midiática na apuração dos processos. Neste contexto, analisa-se o movimento crescente de grupos de apoio, dada as dificuldades enfrentadas pelas vítimas no que diz respeito a suportes institucionais. Desta forma, reflete-se também sobre o papel dos coletivos feministas como uma fonte de conscientização e apoio às mulheres universitárias, seja no acolhimento das vítimas como na motivação para denúncias e abordagem do tema nos diversos meios de debate.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio sexual. Violência contra a mulher. Universidades públicas. Coletivos feministas.

1. INTRODUÇÃO

No campo de estudos sobre gênero, mais especificamente, sobre violência contra a mulher, o assédio sexual tem sido cada vez mais abordado no ambiente acadêmico em caráter multidisciplinar. A temática atingiu recentemente mobilizações na política, nas mídias, em organizações não-governamentais e instituições transnacionais. Na área das Ciências Sociais, os estudos de gênero têm apresentado avanços importantes na produção de conhecimento sobre as diferentes culturas e sociedades, transpondo a problemática das mulheres em uma exposição de formas estruturais de injustiça e violência que as atingem.

A presente pesquisa pretende contribuir para esses estudos focando na análise da violência de gênero no meio universitário, que embora já tenha despertado a atenção de acadêmicos e gestores públicos, ainda não foi objeto de muitas pesquisas empíricas. O objetivo principal é entender como esse problema vem sendo tratado pela administração superior das universidades públicas e qual é o papel dos coletivos feministas.

Para analisar essa questão, teremos como recorte empírico a Universidade Federal de Juiz de Fora. Situada num contexto de recente expansão devido ao programa do governo federal de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais brasileiras, o REUNI, a Universidade Federal de Juiz de Fora conta atualmente com 35 cursos de graduação, possuindo cerca de 18 mil estudantes, sendo mais da metade (10.822) matriculados nos cursos de graduação. Como importante polo educacional na Zona da Mata mineira, a instituição conta com uma extensa e plural comunidade acadêmica e por isso, ela se torna *locus* privilegiado da pesquisa a ser realizada, já que esse contexto pode reproduzir variados tipos de violências praticadas contra as mulheres.

2. O ASSÉDIO SEXUAL

Entender o que se trata assédio sexual exige uma análise extensa de fatores, aparentemente, desconexos. Social, econômico, cultural, tudo o que participa da construção das sociedades são análises possíveis para se estudar a respeito. Contudo, a ausência de pesquisas e informações sobre a violência de conotação sexual na universidade dificulta todo o processo de assimilação, denúncia, punição e conscientização desta problemática cada vez mais presente nas mídias brasileiras.

Segundo a Lei 10.224, de 2001, a justiça brasileira tipificou o assédio sexual como crime, prevendo, no artigo 216-A do Código Penal, que: “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, pode ser punido com detenção de um a dois anos.” Desta forma, passa

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: mariana.gomes@outlook.com.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof.ª Dra. Célia da Graça Arribas.

a se entender uma das principais características do assédio sexual, que envolve diretamente as relações de poder, presentes nas hierarquias sociais que constroem o mundo moderno.

Por outro lado, observa-se a tendência que reflete exatamente o pensamento comum acerca do assédio sexual, como se estivesse restrito aos ambientes trabalhistas, negligenciando o cenário real da violência. O assédio não se restringe à ideia de senso comum, que envolve “o chefe e a secretária”, muito menos acontece somente em empresas. Uma questão cultural e educacional permeia toda a ideia errônea que complica ainda mais a prevenção e punição dos casos. Explicitar o que é o assédio sexual e quais suas possíveis formas de ocorrência é um dos primeiros passos para combatê-lo.

Para a finalidade da pesquisa e a adequação do contexto de violência sexual dentro das universidades, tomamos como parâmetro o pensamento elaborado por Silvia Generali da Costa, em um dos primeiros estudos empíricos com a temática de assédio sexual no Brasil. Analisar a construção patriarcal que fundamenta a sociedade brasileira é o passo inicial para se entender o porquê de as relações entre homens e mulheres se caracterizarem como relações de poder e, conseqüentemente, resultarem em inúmeras atitudes de violência de gênero, nas mais diversas formas e ambientes. O assédio sexual, por sua vez, se relaciona muito mais às questões de gênero e acomete, em sua inegável maioria, as mulheres, justamente pela cultura patriarcal demarcada na sociedade brasileira desde seu princípio, responsável por determinar comportamentos sociais distintos, reafirmar a desigualdade entre homens e mulheres e, até mesmo, uma tentativa de se justificar as violências direcionadas.

Delimitar a associação do assédio sexual aos papéis de gênero é fundamental para o entendimento da complexidade causal do fenômeno. No ambiente de trabalho, as hierarquias funcionais; nas ruas, a “fragilidade” ou “provocação” feminina; o assédio sexual pode ser entendido como consequência do desejo masculino de se fazer dominante ao feminino e usar, para isso, de sua “brutalidade e virilidade”, características valorizadas no papel social dos homens. Das mulheres, se espera a submissão ao marido, às cantadas do chefe e, até mesmo o reconhecimento da suposta valorização que justifica as investidas indesejadas. Todo esse cenário ainda é presente para a maioria da população brasileira, influenciando, inclusive, nas interpretações equivocadas, como aponta Rachel Franzan Fukuda:

Acreditamos que existe uma dificuldade em caracterizar o crime de assédio por parte das instituições sociais, cujo fundamento está em nosso padrão cultural que legitima comportamentos sexuais predatórios por parte do homem, e termina por não incriminar a conduta do agressor, tratando o assédio como um problema nas relações de trabalho, e não como uma violência contra a mulher. (FUKUDA, 2012, p. 3).

O incômodo passa a ser maior quando as mulheres começam a se questionar sobre a cultura machista em seus ambientes de convívio. O movimento de emancipação feminina cresce, durante o século XX, e as mulheres passam a se verem cada vez mais independentes dos homens, financeira e emocionalmente, fator fundamental para a transformação do entendimento dessas atitudes anteriormente consideradas banais.

Segundo as estatísticas do IBGE, as mulheres ocupam pouco mais da metade da população brasileira (51,03%)², e suas conquistas ao mercado de trabalho e universidades, ambientes também machistas e patriarcais, tornam tão visíveis quanto ocorrentes, os casos de assédio no Brasil. Mesmo assim, são muitos os fatores que fazem com que esta luta seja complexa e exaustiva. A justiça brasileira e sua cultura de impunidade é a principal barreira, atualmente. Além disso, as desigualdades de gênero ainda perpetuam o medo nas mulheres frente a qualquer tipo de violência que sofrem. Sem estrutura e apoio, sequer jurídico, as taxas de assédio sexual ainda são significativamente maiores que o noticiado, mais ainda aos que foram punidos de maneira legal.

É nesse contexto que surge a necessidade desta pesquisa, elaborando um recorte dentro das universidades. Pouco se fala das violências sexuais fora dos ambientes de trabalho e, apesar de presentes, os meios acadêmicos envolvem as mais diversas relações profissionais e educacionais. Sendo assim, propício aos mesmos problemas e com soluções ainda mais complexas. Para falar sobre assédio nas universidades, precisaremos fragmentar a análise nas múltiplas possibilidades de casos, e entender a burocracia que envolve os processos de denúncias, sem deixar de questionar suas efetividades.

² Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010, e Contagem da População 1996.

3. DENTRO DAS UNIVERSIDADES

Pioneiros no assunto tão pouco falado, o Instituto Avon realizou, em 2015, uma pesquisa sobre os casos e as percepções, inclusive masculinas, de violências contra as mulheres no meio universitário. Entre a lista apresentada pelos pesquisadores, incluindo agressões morais, psicológicas, verbais e sexuais, 67% das mulheres afirmam terem sido submetidas e 38% dos homens reconhecem terem praticado alguma das violências.

Os casos dentro das universidades públicas têm tomado as mídias informativas com mais frequência. Motivadas principalmente pela impunidade e culpabilização, as vítimas usam, atualmente, as redes sociais como forma de protesto, fator que tem contribuído para a impossibilidade, tão recorrente, do abafamento por parte das instituições. Despreparo, burocracias, machismos institucionais, faltam ouvidorias e estudos para se alcançar o suporte necessário aos casos de assédio sexual. Entre as universidades públicas, onde se enquadra a Universidade Federal de Juiz de Fora, recorte escolhido para análise, o contexto torna-se ainda mais complexo, dada a realidade demarcada por hierarquias e fatores estruturais.

Sílvia da Costa enumera que

As empresas públicas têm menores condições de resolver as questões de assédio sexual (...). A burocracia, o engessamento das normas (...) e a estabilidade quase vitalícia dos funcionários (...) tornam inexecutáveis as medidas preventivas e de combate. (COSTA, 1995, p. 116).

Novamente presentes, as relações de poder ancoram a sensação de impunidade dos agressores. Os silenciamentos das instituições, por sua vez, contribuem para o cenário de situações que potencializam a ocorrência e desencorajam as vítimas às denúncias. Em suas diversas possibilidades, o assédio sexual dentro das universidades se depara com uma cultura machista e um sistema meritocrático que potencializam o poder do agressor sobre a vítima. A falta de recursos formais, ou mesmo seus processos lentos, torna o conhecimento dos casos tipicamente informais, reforçando toda a atmosfera tendenciosa que cerca o tabu na sociedade.

3.1 Trotes e festas

Em 2014, a Assembleia Legislativa de São Paulo formou a Comissão Parlamentar de Inquérito³ especializada na investigação de violações aos direitos humanos nas universidades do estado. A famosa *CPI dos Trotes*, tradicional costume das universidades e, em sua maioria, apoiados em práticas de humilhação – uma vez que reforça a relação desigual entre “veteranos” *versus* “calouros”, fundamentalmente baseada na subordinação – foi motivada por casos públicos de denúncia a estupros, ocorridos na faculdade de medicina da Universidade de São Paulo.

Além disso, trotes universitários já resultaram em diversos tipos de violência, incluindo a morte de um estudante, na mesma instituição da capital paulista, em 1999. A repercussão midiática e o aumento significativo de denúncias, principalmente de cunho sexual, resultaram em proibição por lei em diversos estados brasileiros. A exposição dos casos levou a Universidade Federal de Juiz de Fora a se adequar. Na cidade, a Lei Municipal nº13.028 instaurou a proibição da prática em locais públicos, com penalidade de multa. A estratégia efetivou a diminuição das práticas de humilhação.

Menos expostos, alcançando o limite municipal, os processos de festas universitárias na instituição de Juiz de Fora também precisaram ser revistos após os, a princípio, boatos de estupros e assaltos serem veiculados nas mídias da região. Com normas mais rígidas, a Universidade Federal de Juiz de Fora demonstrou preocupação com os casos de violência de gênero que se tornaram de conhecimento público.

3.2 Assédio entre funcionários

³ Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 55, de 02/12/2014, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2423, de 2014, do Deputado Adriano Diogo e outros, fundamentada no artigo 13, § 2º, da Constituição Estadual, além do artigo 34, § 2º, e do artigo 34-A, da XIV Consolidação do Regimento Interno, com a finalidade de “investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados ‘trotes’, festas e no seu cotidiano acadêmico”. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/cpi/cpi2913.htm>> Acesso em: 09 nov. 2018.

Diferentemente das festas e trotes, em que as notícias tomam proporções maiores, uma das possibilidades de relações de poder inseridas no meio acadêmico se assemelha aos assédios sexuais nas empresas. A vivência e convivência dos mais diversos tipos de empregados, em distintos cargos, propiciam a ocorrência do assédio sexual no ambiente trabalhista. A ausência de ouvidorias específicas e a complexidade das diferentes possibilidades de abuso no meio universitário tornam limitados os debates sobre os casos neste agrupamento. Professoras e técnicas-administrativas, sendo as últimas ainda mais silenciadas, dada a instabilidade profissional, enfrentam a realidade dos ambientes trabalhistas das sociedades patriarcais. Os assédios, nesses casos, refletem as ideologias da cultura machista em que as mulheres são vistas como inferiores intelectualmente ou dispostas às subserviências perante seus colegas de trabalho. Em outubro de 2017, dentro da UFJF, as Pró-reitorias de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil, a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas e as Diretorias de Ações Afirmativas e de Imagem Institucional se reuniram para criar uma série de debates sobre o tema. Em um dos eventos, a palestra focada em assédio no ambiente de trabalho, o convidado foi o professor de psicologia da Universidade de Campinas, José Roberto Heloani, que se atentou na diferenciação entre assédio e discriminações diversas. O evento levou a reflexão e a pontualidade na declaração do técnico-administrativo em educação, Márcio Sá Fortes, em entrevista ao Portal UFJF – Notícias:

A discussão é muito importante para a categoria, principalmente porque ajuda a desmistificar a noção de que não existe assédio no serviço público. A partir do momento em que apresentamos os conceitos, mostramos o que, de fato, é assédio, e, assim, tornamos as políticas institucionais mais qualificadas para debater o assunto.

Contudo, ainda hoje, pouco se fala sobre esta configuração nas universidades. Os debates se restringem às palestras eventuais direcionadas aos funcionários da instituição sendo, a mais recente, a citada, sendo exposta apenas nos portais de notícias da própria Universidade Federal de Juiz de Fora.

3.3 Assédio entre alunos e alunas

Muito além dos casos ocorridos em festas universitárias, o assédio sexual entre alunos é passível de se existir na rotina estudantil das mulheres e um dos exemplos em que há menor influência das relações de poder, típicas das empresas com demarcações hierárquicas. Sua análise pode ser interpretada, de forma geral, como os casos pautados na cultura dos papéis de gênero construídos e mantidos na contemporaneidade. A falta de reflexão crítica sobre a posição social feminina perpetua comportamentos que efetivam as desigualdades de gênero. No meio acadêmico, as mulheres alcançaram locais antes pautados como tipicamente masculinos, contudo, suas permanências ainda se mantêm com o medo e restrições constantes devido aos casos de violência sexual e moral. Vulneráveis quanto às medidas legais de denúncia, os casos de alunas vítimas de assédio por parte de colegas de classe, geralmente, não são formalizados e desencadeiam um cenário de omissão totalmente desfavorável a elas que, muitas vezes, acabam desistindo de seus cursos enquanto os culpados se veem diante da impunidade. No âmbito de pesquisas, não se tornam públicos os acontecimentos desse tipo e tampouco se atenta sobre suas ocorrências e a necessidade de punição ou medidas de conscientização.

3.4 Assédio entre professores e alunas

Os mais recentes casos noticiados dizem respeito ao assédio entre docentes e discentes, relação tratada como tabu e que demanda uma análise mais profunda. Dentro das universidades, o contato entre professores e alunas atinge uma atmosfera mais densa, comparado ao período de educação básica. De educador à orientador, as informalidades são comuns nessa relação acadêmica e o contato é mais direto. Ainda assim, as questões éticas são fundamentais, bem como direitos e deveres legais de ambos os lados. Mesmo problemático, relações afetivas ou sexuais entre professores e alunas não são, de fato, proibidas por lei. Contudo, todo o tabu construído a respeito da possibilidade é fundamental para as complicações na identificação e penalização efetiva dos casos de assédio, especificamente. Importante perceber, em primeiro instante, que em sua maioria, as relações entre professores e alunas são carregadas de contextos sexuais de dominação, geralmente envolvendo docentes homens.

Considerando apenas quando não há consentimento e se efetiva, então, o assédio, percebemos que esta construção cultural reforça os papéis de gênero e cria a complexidade dos casos que, na maioria das vezes, acaba desmoralizando a vítima e acobertando o acusado.

Nessa categoria e no recorte da pesquisa, a Universidade Federal de Juiz de Fora possui, em âmbito formal, queixas contra assédio moral na Faculdade de Direito do Campus Governador Valadares e em Juiz de Fora, nas Faculdades de Educação Física e Desportos, Engenharia, Educação e Comunicação. Assédios sexuais também foram denunciados formalmente nas Faculdades de Letras e Educação, além do expressivo caso, em 2016, de agressão sexual cometida por um docente à uma aluna, ambos do curso de Odontologia, que será comentado posteriormente.

3.5 Assédio como causa de evasão universitária

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2017, levantamento estatístico realizado pelo Inep anualmente, nos recortes de universidades públicas brasileiras e cursos de graduação presenciais, registram 1.573.022⁴ matrículas, sendo 52,84% do sexo feminino. Do número de total de concluintes (202.804), as mulheres representam 59,01% do grupo. Contudo, dentre todas as matrículas femininas em universidades públicas, apenas 14,40% concluem seus cursos.

Diversos fatores são abordados em estudos sobre a evasão no ensino superior. As discrepâncias dos ensinamentos superiores e valorizações de determinadas áreas são fatores comuns, como mostram reportagens realizadas pelo Jornal do Campus, da Universidade de São Paulo e o Jornal Digital Nexo. Um estudo de 2012 realizado por Marucia Patta Bardagi e Claudio Simon Hutz introduziu uma análise sobre a influência das relações acadêmicas com a desistência dos estudantes na continuidade de seus estudos. Os autores apontam que:

Ao falarem sobre a relação estabelecida com colegas e professores, os alunos apontaram que o aspecto do relacionamento interpessoal na universidade foi marcante, tanto como critério para postergar a decisão de saída do curso (quando percebido positivamente) quanto como critério de evasão (quando percebido negativamente). (BARDAGI, HUTZ. 2012, p. 178).

E ainda que:

O mau relacionamento com professores (causado por conflitos, ou desapontamento pela didática, ou relacionamento distante) já havia sido apontado pela literatura como critério de evasão e insatisfação com o curso (Cunha et al., 2001; Quadros et al., 2010; Silva et al., 2006; Veloso e Almeida, 2001). (BARDAGI, HUTZ. 2012, p. 181).

Dessa forma, podemos entender o ambiente social e o bem-estar psicológico como possíveis fatores que influenciam na permanência ou desistência dos estudantes nas universidades. Como apontado por Isaac Charam em transcrição do *Manual Preventivo de Assédio Sexual. Questão de Poder*, publicado pelo Sindicato das Secretárias do Estado de São Paulo:

É importante perceber que o Assédio Sexual pode destruir carreiras profissionais (...) pode provocar no indivíduo sérios danos à autoconfiança, enfraquecer a saúde física e mental, além de diminuir a capacidade de trabalho. (CHARAM, 1997, p. 158).

As mulheres, enquanto maiores vítimas do assédio sexual, ficam suscetíveis a esse cenário de desgaste psicológico em suas trajetórias acadêmicas. O medo do assédio propriamente dito, medo das represálias devido aos processos de denúncias e o desamparo institucional, certamente influenciam em suas vidas universitárias e profissionais.

Apesar de não termos pesquisas exclusivas sobre a temática no Brasil, recentemente as Academias Nacionais de Ciência, Engenharia e Medicina, dos Estados Unidos, publicaram um estudo intitulado "Assédio Sexual Contra as Mulheres: Clima, Cultura e Consequências nas Academias de Ciência, Engenharia e Medicina", que demonstrou os danos significativos que os casos de assédio sexual trazem às pesquisas e campos acadêmicos. Como conclusões, o estudo reforçou a relação entre a causalidade do assédio com gênero

⁴ Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Censo da Educação Superior, Sinopse Estatística 2017.

e a influência negativa que os casos acarretam no sucesso profissional e acadêmico das mulheres, além de suas integridades físicas e mentais.

4. AS DENÚNCIAS

As notícias atingiram nível nacional e inauguraram a preocupação pública sobre os casos de violência sexual dentro da UFJF. A aluna de Odontologia, de 23 anos, relatou à diretoria da instituição, na presença da Polícia Militar, os assédios e ameaças que sofreu de um professor de seu curso, de 61 anos. O processo se iniciou em junho de 2016 e se estendeu até fevereiro de 2017. Nesse período, o docente chegou a retomar suas funções após uma licença médica datada até 25 de agosto de 2016 e, somente após uma mobilização do Diretório Central dos Estudantes, ele foi afastado em novembro, e deu-se continuidade ao processo. As oscilações do caso se prolongaram por cerca de três meses, até a negativa da instituição ao recurso requerido pelo acusado, resultando na demissão do mesmo. Durante o período, as notícias sobre violências sexuais e assédios dentro do campus de Juiz de Fora cresceram, principalmente nas mídias locais, apesar da maioria permanecer sem formalização das denúncias. A exposição desencadeou a agilidade da instituição na criação e aprovação do Conselho Superior de uma Ouvidoria Especializada da Diretoria de Ações Afirmativas, preparada para receber e encaminhar administrativamente os depoimentos sobre violência, discriminação e opressão vivenciados no ambiente universitário.

Vigente desde 2016, a ouvidoria especializada ainda demonstra falhas e os/as alunos/as seguem com a realização de manifestações dentro do campus exigindo respostas e efetivações dos processos. Recentemente, dois departamentos estão sendo vinculados aos casos de assédio: a Faculdade de Letras e a Faculdade de Educação. Formalmente, duas alunas denunciaram um professor por assédios moral e sexual e a sensação de desamparo gerou forte mobilização nos Jardins da Faculdade de Educação. O protesto foi motivado pelo longo período de espera para a apuração dos casos. A mobilização dos/as estudantes se dá como uma alternativa de esperança e possibilidades. A exposição do problema em uma abordagem generalista faz com que os processos sigilosos em andamento não sejam esquecidos e as vítimas não continuem silenciadas.

A Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas apresenta em seu relatório público anual os dados sobre os processos formalmente denunciados na UFJF. Em nosso contexto de análise, tornam-se relevantes os seguintes dados: entre 11 de junho de 2016 a 04 de maio de 2017, 100% das denúncias foram feitas por mulheres, sendo 78% dos casos, alunas da graduação, 6% pós-graduandas e o restante distribuído entre técnicas-administrativas e servidora terceirizadas. Quanto à natureza, 22% das vítimas reportaram assédio moral, sexual e constrangimento por professor, sendo em um deles, segundo o relatório, solicitado a retirada da denúncia mediante justificativa por escrito. Abuso sexual por estranho contra uma servidora terceirizada e abuso sexual por aluno em festa possuem, cada um, 6% dos casos denunciados.

No período de maio a dezembro de 2017, outro relatório foi publicado com as análises das novas demandas. Explicita-se uma nova categorização dos casos, agrupados entre denúncia (25%), reclamação (58%) e solicitação (17%), sendo nesse período, divididos em 67% de demandas femininas e 33% masculinas, compreendidas nos três tipos. A graduação ainda concentra o maior número de casos, com 84%. No novo relatório, percebemos um crescimento das demandas e uma manifestação expressiva masculina, contudo, os dados sobre a natureza das queixas são apresentados de forma generalista. Não há estatísticas explícitas sobre as queixas de assédio sexual, sendo apenas demonstrado que a maioria dos casos (8%) diz respeito a *Conduta de docente em sala de aula*.

Em ambos os relatórios, a Ouvidoria Especializada aponta como ações desenvolvidas o atendimento individual, o encaminhamento das demandas ao reitor, às pró-reitorias, setores e unidades acadêmicas para ciência e providência das demandas. No ano de 2017, inclui-se parceria com Ouvidoria Geral e Auditoria da UFJF na realização de reuniões semanais para discussão do planejamento estratégico. Também foram realizados alguns eventos com a participação da Ouvidoria, como por exemplo, as palestras propostas em 2017 com recorte de assédio no ambiente de trabalho, bem como outros eventos e campanhas de conscientização realizados no mesmo ano.

Em março de 2017 a Diretoria de Ações Afirmativas propôs uma programação relacionada à comemoração ao Dia Internacional das Mulheres, com eventos e palestras centradas na temática de assédio dentro do campus. “*A Universidade é pública, meu corpo não*” teve como proposta, de acordo com Carolina Bezerra, diretora do órgão na época, em entrevista:

Queremos desvelar os casos de assédios e violência que acontecem na UFJF, de forma a acolher estas mulheres e também dar o recado aos agressores. Estamos instituindo um núcleo de atenção psicossocial para atender a estas vítimas, acolhendo-as e dando o suporte, pois entendemos que este tipo de situação influencia no seu desenvolvimento acadêmico. Muitas sentem medo e vergonha de denunciar. Elas não querem ser expostas na cidade e correr o risco de sofrerem algum tipo de represália.

Também foi apontado na reportagem que seria desenvolvida a análise de eixos centrais do processo: acolhimento das vítimas, mudanças no regimento interno, visando a melhoria nas formas de punição e a continuidade de campanhas educativas no ambiente acadêmico. Os coletivos feministas também estavam presentes no evento como alternativas de diálogos.

Desde a década de 1990, com os estudos de Sílvia Generali da Costa e Isaac Charam, é notável a pouca efetividade dos órgãos responsáveis pelas denúncias, quando existentes. Por pouca abordagem, erros institucionais, culturas machistas reforçadas pelos apuradores, são amplos os fatores que tornam extensos e exaustivos os processos. É nesse ambiente que ganham força as estratégias educacionais de conscientização. As denúncias saem do sigilo e ocupam as redes sociais, a mídia passa a ser uma importante aliada na tensão exercida sobre os responsáveis, bem como as ouvidorias. Ainda na entrevista ao Tribuna de Minas, Carolina Bezerra reforça:

Estes processos de manifestação e de empoderamento dos alunos é muito rico, pois trazem novas questões para o nosso diálogo. Ainda há muita resistência no assunto, mas o grito não é só das feministas, e sim de todas as mulheres, que querem um basta neste tipo de assédio e violência.

5. COLETIVOS FEMINISTAS

Diante dos obstáculos institucionais enfrentados pelas vítimas de assédio nas universidades e de todo o contexto cultural machista de silenciamento e culpabilização das mesmas, os grupos de apoio se tornam protagonistas nos debates sobre violência contra a mulher. A omissão das universidades, a lentidão dos processos e as dificuldades nas aplicações das penas, reforçados constantemente pelos valores de desigualdade de gênero, muitas vezes fazem com que as vítimas se sintam inseguras para prosseguirem com as denúncias, e também coagidas a trancarem seus cursos ou manterem os casos em sigilo.

Todos esses fatores propiciam o crescimento do assédio em suas diversas configurações e é contra essa possibilidade que se dá a importância dos coletivos, como vetores de informação dentro e fora das universidades. Na UNICAMP, por exemplo, o Coletivo Feminista atua desde 2003 como uma iniciativa de alunas pela luta contra a ausência de debates e os desafios das mulheres universitárias. O grupo se tornou referência não só dentro da instituição, como também na cidade e região de Campinas, com a organização de oficinas, intervenções, eventos e medidas educacionais em todo o universo temático de direitos das mulheres.

Os escândalos e combate aos trotes em São Paulo, por exemplo, contaram com uma expressiva importância da mobilização do Coletivo Feminista Geni, atuante na Faculdade de Medicina da USP desde 2013. Em descrição ao portal HuffPost, o coletivo define sua atuação:

Combatemos o machismo no contexto da universidade e da saúde, através de rodas de conversa, palestras, intervenções artísticas, debates sobre filmes, participações em eventos sobre o assunto e manifestações. Recentemente denunciámos publicamente assédios sexuais e a cultura de estupro no ambiente da nossa faculdade, que resultou na CPI sobre Violações de Direitos Humanos na Universidades Paulistas. Mantemos contato próximo com a Frente Feminista da USP e diversos outros coletivos feministas, seguindo uma linha interseccional transinclusiva.

A problemática e as mobilizações se espalharam pelo país em uma infinidade de grupos feministas formados em diversidades de características, mas comuns em causa: discriminações enfrentadas pelas mulheres na sociedade e nos meios acadêmicos. Coletivo ComCiência, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Frente Feminista Universitária de São Paulo, que reúne mais de 50 coletivos de universidade públicas ou privadas do estado são exemplos fornecidos pelo recente projeto de mapeamento MAMU – Mapa de coletivo de mulheres. O site do projeto fornece, de forma acessível, as localizações agrupadas por cada estado brasileiro

e informações básicas sobre os coletivos cadastrados, com o objetivo de visibilizar e valorizar os movimentos que têm como foco as mulheres, femininos e feminismos, em suas variadas abrangências.

Dentro da Universidade Federal de Juiz de Fora, formou-se recentemente o Coletivo Marielle Franco – Mulheres UFJF. Integrado por professoras, funcionárias técnicas-administrativas e alunas, o grupo reúne mulheres de todas as posições, considerando e reconhecendo os diversos tipos de assédios no meio universitário. Como objetivo, se propõem a orientar, acolher e fortalecer as mulheres vítimas de violências dentro da UFJF. Desde o ambiente de trabalho ao meio acadêmico, analisar os distintos contextos sociais e discutir sobre as causas e complicadores comuns, a cultura do estupro e o machismo, são fundamentais para o debate com as vítimas e toda a comunidade acadêmica. Entre as estratégias do coletivo, busca-se aplicar a pauta em projetos de pesquisa, extensão universitária, disciplinas de graduação e pós-graduação e ações informativas educacionais.

Grupos de pesquisa também se fazem presentes e importantes no debate de assédios, como o Flores Raras – Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos, da UFJF, além dos movimentos da cidade, como o coletivo Maria Maria, Artemísia – IAD, entre outros que se atentam às mobilizações contra os casos de violência de gênero, incluindo os assédios universitários. Em entrevista ao jornal local Tribuna de Minas, durante a mobilização de alunos no Jardim da Faculdade de Educação, Laiz Perrut, integrante do coletivo Maria Maria sintetiza o objetivo geral dos grupos e das manifestações:

Quando uma mulher faz uma denúncia sobre assédio, outras mulheres que passaram pela mesma situação, com o mesmo professor, tomam coragem de denunciar. O intuito não é só dar visibilidade às queixas, mas mostrar a existência do assédio como um todo na universidade.

De maneira geral, observa-se que as denúncias formais crescem com a visibilidade gerada pelos debates, propostos em sua maioria, pelos coletivos feministas atuantes no meio acadêmico. E mesmo sem suportes especializados, como proposto pelas ouvidorias, os grupos de apoio se tornam, ao mesmo tempo, refúgio e motivação às mulheres universitárias com a empatia muitas vezes inédita a qual são recebidas. Assim como as notícias nos grandes portais de mídia, a voz dos coletivos acaba por exercer uma pressão nas unidades administrativas de apuração. Talita Toschi, presidente do Diretório Acadêmico da Educação, também no evento e em entrevista ao Tribuna de Minas reitera:

Infelizmente, esses casos não são isolados. Como o movimento corre em sigilo, não podíamos expor os envolvidos. Mas aproveitamos esse espaço para nos manifestar contra o assédio. Pretendemos unir as instituições, os movimentos estudantis, diretores e coordenadores, para que levem essa pauta para discussão nos conselhos superiores.

O movimento feminista está em pauta na atualidade. O debate de gênero toma espaços importantes e contribui para um cenário favorável às pesquisas acadêmicas e formação dos coletivos que, por sua vez, são fundamentais para que as informações não sejam escassas e atinjam um maior número de pessoas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pautas de discriminações estão ganhando espaço nas mídias e incomodando cada vez mais. A retomada de importantes figuras femininas tornou crescente o movimento feminista e a busca por segurança e apoio das mulheres entre si. O cenário é informal. Os debates dominam as redes sociais, os grupos de estudo e trocas de informações virtuais são, hoje, de maior expressividade já vista, com milhares de integrantes ativas. A mobilização de atrizes hollywoodianas em denúncias de assédio sexual entre os anos de 2017 e 2018 causaram um alvoroço em todo o mundo e encorajou as mulheres em diversos meios sociais.

No Brasil, as universidades são alvo desde a *CPI dos Trotes*, mas só recentemente tornou-se pauta constante das problematizações. Os assédios nas universidades são antigos e recorrentes. Suas causas e reconhecimento demandam estudos sociológicos, antropológicos e de gênero. Pesquisar sobre os casos deixa claro que ainda carece de debate dentro do próprio contexto acadêmico, justificado pela falta de interesse fortalecida pelo machismo nas diversas relações que coexistem em uma universidade. A esfera pública também é um fator considerável na sensação de impunidade nos casos de professores acusados de assédio. Os autores percebem com facilidade todos os fatores favoráveis à sua permanência, independente dos crimes cometidos. As ouvidorias existem, mas são lentas e burocráticas. O cenário das vítimas é obscuro, denunciar demanda

psicologicamente e, por vezes, fisicamente, de uma pessoa já fragilizada; a culpabilização e julgamentos são constantes; todo o sistema é machista e contrário aos direitos das mulheres; a cultura é patriarcal. E por todos esses fatores, os apoios e alternativas informais acabam sendo o único suporte que temos para todos os casos de violência de gênero. Relatos no Facebook tornam-se a maneira mais rápida de efetivação de justiça. Em todas as análises, fica notório que a exposição pública amedronta o acusado, a ouvidoria, a instituição. Ironicamente, os julgamentos fadados às mulheres, em todos os casos de violência que sofrem, são os mesmos que lhes auxiliam no retorno de ações legais, quando invertem a direção de forma sistemática.

Falar sobre qualquer tabu sempre foi uma forma efetiva de se repensar sobre as construções culturais, como assim se enquadra o assédio sexual nas universidades. Não se pode aliviar a tensão dos fatos, tampouco insistir no medo da exposição por parte das vítimas, devido a sensação de culpa que o patriarcado lhes impõe. Transformar a abordagem das discussões sobre assédio sexual está diretamente relacionado à ampliação dos estudos de gênero. As lutas das mulheres por seus direitos não são recentes e não se estabilizaram em condições igualitárias até hoje. A percepção feminina sobre seus próprios corpos, em suas autonomias, suas sexualidades e papéis de gênero são pontos iniciais para o entendimento do assédio em suas mais variadas formas e do reconhecimento de suas condições como vítimas. Sendo assim, os coletivos feministas são, de fato, as principais formas de resistência e mobilização, numa reunião de atmosfera feminista, empática e empoderada, contrária a todo o entorno da situação.

É preciso continuar garantindo que as mulheres vítimas de assédio se sintam amparadas o suficiente, mesmo que de forma não especializada, como feito pelos grupos de redes sociais e coletivos femininos, para expor a situação, não só mediante denúncias formais, mas também em rodas de debate que atinjam o conhecimento público de que o assédio sexual é recorrente e precisa de atenção. A omissão das universidades precisa ser ameaçada através da constante abordagem da problemática.

Essa pesquisa foi produzida na tentativa de se analisar de forma científica os casos de assédio sexual dentro da UFJF, buscando trazer a reflexão sobre a continuidade de valores machistas que nos cercam e são reproduzidos, inclusive no meio acadêmico. Como expectativa, temos a esperança de que os processos em aberto atualmente se resolvam de forma justa, além da tentativa de que o assédio sexual seja tratado em sua devida forma, sem maiores desgastes para as vítimas ou resguardo dos acusados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Marcos. **Aluna da UFJF denuncia professor da Odonto por agressão e assédio sexual.**

Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/23-06-2016/aluna-da-ufff-denuncia-professor-da-odonto-por-agressao-e-assedio-sexual.html>> Acesso em: 2 set. 2018.

BARDAGI, Marucia Patta; HUTZ, Claudio Simon. **Rotina acadêmica e relação com colegas e professores:**

Impacto na evasão universitária. PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 43, n. 2, pp. 174-184, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7870/8034>> Acesso em: 18 out. 2018.

CHARAM, Isaac. **O estupro e Assédio Sexual: como não ser a próxima vítima.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Sílvia Generali da. **Assédio Sexual: Uma Versão Brasileira.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

CUNHA, A.M., Tunes, E. & Silva, R.R. (2001). **Evasão do curso de Química da Universidade de Brasília: A interpretação do aluno evadido.** Química Nova, 24, 262-280.

FUKUDA, Rachel Franzan. **Assédio Sexual: Uma releitura a partir das relações de gênero.** Revista Simbiótica, UFES, v.ún., n.01. Junho 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4512>> Acesso em: 23 set. 2018.

G1. **Relatório mostra impactos do assédio sexual contra mulheres em ambiente acadêmico dos EUA.**

Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/relatorio-mostra-impactos-do-assedio-sexual-contra-mulheres-em-ambiente-academico-dos-eua.ghtml>> Acesso em: 15 out. 2018.

G1 Zona da Mata. **UFJF nega recurso e demite professor acusado de assédio e agressão**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2017/02/ufjf-nega-recurso-e-demite-professor-acusado-de-assedio-e-agressao.html>> Acesso em: 2 set. 2018.

HUFFPOST. **Coletivo Feminista Geni**. Disponível em: <<https://www.huffpostbrasil.com/autor/coletivo-feminista-ge>> Acesso em: 09 nov. 2018.

INSTITUTO AVON. **Pesquisa Violência contra as mulheres**. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf> Acesso em: 24 ago. 2018.

LADEIRA, Francisco Fernandes. **Polarização na imprensa afeta debate sobre feminismo**. Observatório da Imprensa, Edição 875. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/polarizacao-na-imprensa-afeta-debate-sobre-feminismo/>> Acesso em: 17 set. 2018.

LOPES, Flávia. **Coletivo de mulheres da UFJF combate violências no ambiente acadêmico**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/coletivo-de-mulheres-da-ufjf-combate-violencias-no-ambiente-academico/>> Acesso em: 17 set. 2018.

MARQUES, Fabrício. **Para enfrentar o assédio na academia**. Revista Pesquisa FAPESP. Edição 269. Jul. 2018. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/07/05/para-enfrentar-o-assedio-sexual-na-academia/>> Acesso em: 27 ago. 2018.

MONTESANI, Beatriz. **Por que os estudantes largam a faculdade no Brasil**. Jornal Digital Nexo. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/07/Por-que-estudantes-largam-a-faculdade-no-Brasil>> Acesso em: 23 ago. 2018.

MOREIRA, Isabela. **Como as universidades brasileiras abafam os casos de assédio sexual**. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/02/rompendo-o-silencio-vitimas-de-violencia-nas-universidades-brasileiras-contam-suas-experiencias.html>> Acesso em: 27 ago. 2018.

Projeto MAMU. **Sobre o MAMU**. Disponível em: <http://www.mamu.net.br/?page_id=385> Acesso em: 07 out. 2018.

QUADROS, A.L., Lopes, C.M., Silva, F.A.B., Correa, J.M.M., Pio, J.M., Torres, N.O., Pinto, P.L. & Nogueira, R.K. (2010). **A percepção de professores e estudantes sobre a sala de aula de ensino superior**: expectativas e construção de relações no curso de química da UFMG. *Ciência & Educação*, 16(1), 103-114.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Mulheres no ensino superior no Brasil**. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/0301t.pdf>> Acesso em: 13 ago. 2018.

QUEIROZ, Luiza. **Mais de 20% dos alunos deixam a USP**. Jornal do Campus, USP.2016. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2016/10/basic-2/>> Acesso em: 23 set. 2018.

RIBEIRO, Renan. **Estudantes protestam contra assédio na UFJF**. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/20-08-2018/estudantes-protestam-contra-assedio-na-ufjf.html>> Acesso em: 14 set. 2018.

RIOLINO, Bárbara. **'A Universidade é pública, meu corpo não'**. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/03-03-2016/mulheres-contra-a-violencia.html>> Acesso em: 07 out. 2018.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, R.R.C.M., Mainier, F.B. & Passos, F.B. (2006). **A contribuição da disciplina de introdução à engenharia química no diagnóstico da evasão.** *Ensaio: avaliação das políticas públicas em educação*, 14(51), 261-277.

SOARES, Leandro Queiroz; FERREIRA, Mário César. **Pesquisa participante como opção metodológica para investigação de práticas de assédio moral no trabalho.** *Rev. Psicol., Organ. Trab. Florianópolis*, v. 6, n. 2, p. 85-109, dez. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572006000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul.2018.

SOUTO, Luiza. **Coletivos feministas denunciam, online, agressões nas universidades.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/coletivos-feministas-denunciam-online-agressoes-nas-universidades-21075843>> Acesso em: 07 out. 2018.

UFJF Notícias. **“Assédios crescem com a nossa omissão”, diz professor sobre a prática no ambiente universitário.** Disponível em: < <https://www2.uff.br/noticias/2017/10/17/assedios-crescem-com-a-nossa-omissao-diz-professor-sobre-a-pratica-no-ambiente-universitario/>> Acesso em: 17 set. 2018.

UFJF Notícias. **Estudo analisa casos de violência sexual em universidade.** Disponível em: <<https://www2.uff.br/noticias/2017/09/22/estudo-analisa-casos-de-violencia-sexual-em-universidade/>> Acesso em: 13 ago. 2018.

VÁLDES, Isabel. **Maior relatório já feito sobre assédio sexual na ciência dos EUA revela um abuso sistemático.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/13/ciencia/1528899877_715296.html?%3Fid_externo_rsoc=FB_BR_CM> Acesso em: 2 set. 2018.

VELOSO, T.C.M.A. & Almeida, E.P. (2001). **Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá: Um processo de exclusão.** Trabalho apresentado na 24ª Reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <www.anped.org.br/24/tp1.htm>. Acesso em: 23 set. 2018.

ZALUAR, A.M. **Violência e Crime.** In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS, 1999, v. 1, p. 15-107. p. 28.